

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano C • Nº 208

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 15 de novembro de 2023

Alepe elege Mesa Diretora que vai comandar a Casa a partir de 2025

O presidente Álvaro Porto e o 1º secretário, Gustavo Gouveia, foram reeleitos

A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) elegeu ontem a Mesa Diretora que comandará a Casa entre 1º de fevereiro de 2025 e 31 de janeiro de 2027. O atual presidente, deputado Álvaro Porto (PSDB), foi reeleito para esse período, assim como o atual primeiro-secretário, Gustavo Gouveia (Solidariedade). Também foram escolhidos para o próximo mandato os demais cargos: dois vice-presidentes, três secretários e sete suplentes.

A votação antecipada para o biênio 2025-2026 foi possibilitada por mudanças na Constituição Estadual e no Regimento Interno da Alepe aprovadas na semana passada. A atual composição da Mesa seguirá vigente até o dia 31 de janeiro de 2025 e, só então, os parlamentares eleitos ontem assumirão seus cargos. Veja nesta página como ficará a composição da Mesa Diretora da Alepe no próximo mandato.

VOTAÇÃO

A eleição foi realizada por voto secreto e impresso, em sessão presidida pelo deputado Aglailson Vítor (PSB). Todos os cargos tiveram apenas um candidato, com exceção do posto de 2º vice-presidente, disputado entre Fabrizio Ferraz (Solidariedade) e Diogo Moraes (PSB). No primeiro turno de votação, o candidato do PSB obteve 24 votos contra 21 do parlamentar do Solidariedade, e houve um voto nulo.

Como nenhum dos dois candidatos alcançou a maioria absoluta (25 votos), foi realizado um segundo turno

em que Fabrizio Ferraz obteve a vitória por 25 a 19. Também houve um voto nulo nessa votação.

Foram 46 votantes, com a ausência dos deputados Lula Cabral (Solidariedade), Rodrigo Farias (PSB) e Simone Santana (PSB) – os dois últimos, licenciados. Antônio Moraes (PP) esteve ausente apenas no segundo turno para a 2ª vice-presidência.

DISCURSOS

Álvaro Porto recebeu 40 dos 46 votos, havendo ainda cinco em branco e um nulo. Em defesa da candidatura, ele analisou que a Alepe “não se limita a ser Governo ou Oposição, mas uma Casa plural, que trabalha em defesa do povo de Pernambuco”.

Porto salientou que a Assembleia atua unida, apesar das discordâncias. “É claro que há discussões e divergências, mas no final chega-se ao consenso. É o fortalecimento do Legislativo aqui no Estado”, assegurou. Após eleito, o presidente agradeceu a confiança dos pares e garantiu a todos os parlamentares a certeza da continuidade do trabalho que vem sendo realizado.

O primeiro-secretário Gustavo Gouveia foi eleito também com 40 votos. Ele destacou “a união dos deputados em torno de um projeto de fortalecimento do Parlamento Estadual”. Também agradeceu aos colegas que abriram mão de candidaturas a cargos da Mesa por entenderem que o consenso manteria a Casa mais unida.

Na disputa pelo cargo de 2º vice-presidente, foi aberto espaço para os dois candidatos



PLENÁRIO – Os parlamentares escolheram os integrantes da Mesa que vão assumir em 1º de fevereiro de 2025



REELEITOS – Gustavo Gouveia e Álvaro Porto receberam 40 votos cada um, na eleição realizada ontem

discursarem. Diogo Moraes salientou seu desejo “de auxiliar Presidência e Primeira Secretaria a tornar a Alepe mais ativa, independente, harmônica, unida e forte”. Já Fabrizio

Ferraz, que venceu o pleito, ressaltou que, em sua atuação parlamentar, “sempre buscou amplo diálogo com todos, com atitudes positivas e agregadoras”.

FOTOS: ROBERTO SOARES

Mesa Diretora 2º biênio da 20ª Legislatura

Mandato de 1º de fevereiro de 2025
a 31 de janeiro de 2027

Presidente Álvaro Porto (PSDB)
1º vice-presidente Francismar Pontes (PSB)
2º vice-presidente Fabrizio Ferraz (Solidariedade)

1º secretário Gustavo Gouveia (Solidariedade)
2º secretário Claudiano Martins Filho (PP)
3º secretário Romero Sales Filho (União)
4º secretário Coronel Alberto Feitosa (PL)

1º suplente Doriel Barros (PT)
2º suplente Henrique Queiroz Filho (PP)
3º suplente Pastor Cleiton Collins (PP)
4º suplente Joel da Harpa (PL)
5º suplente William Brigido (Republicanos)
6º suplente Joãozinho Tenório (Patriota)
7º suplente Romero Albuquerque (União)

Projetos de proteção ao consumidor avançam nas comissões da Alepe

Uma das propostas coíbe práticas abusivas em temporadas de compras no estilo *Black Friday*

Propostas em defesa dos direitos dos consumidores de Pernambuco avançaram na Comissão de Justiça e na Comissão de Administração Pública da Alepe ontem. O Projeto de Lei nº 450/2023, de autoria do deputado Jeferson Timóteo (PP), acrescenta um artigo ao Código Estadual de Defesa do Consumidor, para determinar que embalagens de cosméticos incluam a descrição completa de possíveis efeitos colaterais. A proposição foi aprovada no colegiado de Justiça.

Relatora da matéria, a deputada Débora Almeida (PSDB) apresentou parecer favorável à aprovação do texto. A parlamentar lembrou casos ocorridos no último Carnaval do Recife e de Olinda, em que centenas de foliões precisaram de atendimento médico após usarem um creme para cabelo. O material, em contato com os olhos, provocou queimaduras.

“Várias pessoas utilizaram essa pomada que acabou derretendo e causando problemas graves de visão, como conjuntivite e inflamação da córnea. Esse é só um exemplo. Muitos

produtos oferecem beleza, mas é importante informar os efeitos colaterais, modo de usar e advertências”, ressaltou.

BLACK FRIDAY

A Comissão de Administração Pública, por sua vez, deu aval à proposta que visa coibir práticas abusivas em temporadas de compras no estilo *Black Friday* em Pernambuco.

A matéria, aprovada nos termos do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, ao Projeto de Lei nº 1172/2023, também de autoria do deputado Jeferson Timóteo, proíbe o anúncio de produtos em promoções sem que haja efetiva redução do preço original, e veda o aumento falso dos preços para valorização ilusória do desconto.

Durante a discussão do projeto, o deputado Coronel Alberto Feitosa (PL) elogiou a iniciativa. Ele ressaltou que o período de promoções é algo relativamente novo para o consumidor brasileiro e que o tema tem recebido destaque no noticiário local.

“Proposições como essa



FOTOS: PAULO PEDROSA

ALERTA – A Comissão de Justiça aprovou a divulgação de efeitos colaterais causados por cosméticos



BLACK FRIDAY – Proposta para proteger consumidores de falsos descontos foi aprovada em Administração



QUEIMADURAS – Débora Almeida lembrou de produtos que lesionaram pessoas no Carnaval

mostram como a Casa Legislativa está atendida com o dia a dia da população”, apontou. Ele fez um apelo para que a

governadora Raquel Lyra sancione a matéria antes do início da *Black Friday*, que acontece no final do mês de novembro.

O presidente do colegiado, deputado Joaquim Lira (PV), sugeriu que a assessoria do autor da proposta entre com um

requerimento de pedido de urgência para que a votação em Plenário seja pautada para a próxima semana.

Economia

Empresas são homenageadas nos seus 40 anos

Em sessão solene na última segunda-feira (13), a Alepe comemorou os 40 anos das empresas Metalúrgica MGS, Grupo Tupan e Casas Bandeirantes. Genuinamente pernambucanos, os empreendimentos contribuem para o desenvolvimento do Estado. A homenagem foi proposta pelo deputado Luciano Duque (Solidariedade). Ele destacou que as empresas são vetores importantes para a cadeia produtiva pernambucana. “A Metalúrgica MGS, o Grupo Tupan e as Casas Bandeirantes geram desenvolvimento econômico não só em Pernambuco, mas também nas regiões Norte e Nordeste”, disse Duque. Presidida pelo deputado Antônio Moraes (PP), a solenidade contou com a participação do vereador do Recife Samuel Salazar (MDB); do CEO das Casas Bandeirantes, Eduardo Vasconcelos Viana; do presidente do Grupo Tupan, Carlos Carvalho; e do filho do fundador e diretor de produção da MGS, Manoel Gonçalves dos Santos Jr. “Uma das coisas que me chamou atenção nas três empresas que estão sendo homenageadas pela Alepe nesta noite é que todas elas têm origem no interior de Pernambuco. São empreendimentos que tinham tudo para não dar certo, pois sabemos como é difícil empreender neste país, mas eles estão aí firmes e gerando oportunidade de renda e emprego para o povo pernambucano”, disse Antônio Moraes. Os representantes das empresas agradeceram a homenagem prestada pela Alepe. “Estendo meu agradecimento a todos os parlamentares que compõem essa Casa Legislativa”, disse Eduardo Viana, das Casas Bandeirantes.

FOTO: JARBAS ARAÚJO



Secretária estadual de Educação apresenta os indicadores de 2022 ao Poder Legislativo

Relatório revela que a taxa de analfabetismo em Pernambuco se mantém em 11%

A secretária estadual de Educação, Ivaneide Dantas, apresentou aos parlamentares da Comissão de Educação e Cultura da Alepe o relatório de indicadores educacionais de 2022 em audiência pública realizada na manhã de ontem. De acordo com o documento, o número de escolas de referência e técnicas aumentou, mas a taxa de analfabetismo se mantém em 11%.

O patamar é o mesmo desde 2018, sendo 5,6% a taxa nacional. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Pernambuco se manteve em 4,4, a mesma marca de 2019. A média nacional é 3,9.

O relatório dá conta ainda que em 2022 havia 2,1 milhões de alunos matriculados no Estado, sendo 26% na rede estadual. Esses estudantes ocupam vagas em 1.055 estabelecimentos de ensino, sendo 518 escolas de referência, 479 regulares e 58 técnicas. Em 2021, eram 1.051 escolas, sendo 581 regulares, 420 de referência e 50 técnicas.

Entre outros dados, o documento indica que a taxa de abandono escolar na rede estadual foi de 1,7 nos anos iniciais; 1,5 no Ensino Médio e 0,8 nos anos finais. Na comparação aos anos anteriores, o indicador aponta aumento da evasão escolar entre estudantes da Educação Infantil e Fundamental. A secretária destacou que isto se deveu ao período da pandemia.

MELHORIA DE ÍNDICES

“A gente percebe que alguns indicativos ficaram sofridos. A gente poderia ter avançado mais. Entretanto, o Governo de Pernambuco vem trabalhando no regime de colaboração com os municípios para auxiliar o bloco de estudantes que mais sofreu: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental”, declarou Ivaneide Dantas. A secretária espera que haja uma recuperação desses índices nos próximos anos.



FOTOS: NANDO CHIAPPETTA

RESPONSABILIDADE – Legislação obriga a Secretaria da Educação a apresentar dados anualmente à Alepe



DADOS – Secretária Ivaneide Dantas mostrou impacto da pandemia nos índices educacionais



AVALIAÇÃO – Waldemar Borges diz que a situação da educação em Pernambuco é “complexa e difícil”



COBRANÇA – Para Ivete Caetano, Governo deveria informar execução de orçamento da Educação

Em relação ao quantitativo de professores que atuam na rede, ano passado registrou-se 18.390 profissionais efetivos e 19.033 temporários. A chefe da pasta ressaltou que o total de professores hoje já é maior por conta do chamamento dos candidatos aprovados no último concurso público. Os rendimentos recebidos pelos docentes variaram de R\$ 3.971,05 para os com licenciatura plena até R\$ 5.315,29 para os que têm doutorado.

AUDIÊNCIA

De acordo com a Lei nº 16.853/2020, batizada de Lei de Responsabilidade Educacional de Pernambuco, o gestor da secretaria precisa apresentar anualmente ao colegiado de Educação e Cultura da Alepe relatório com a evolução da série histórica dos indicadores educacionais referentes aos últimos quatro anos.

Participaram da audiência representantes do Ministério Público de Pernambuco, Fó-

rum Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Entre os parlamentares, estiveram presentes os deputados Renato Antunes (PL), Socorro Pimentel (União), Dani Portela (Psol) e Waldemar Borges (PSB), que é presidente da Comissão.

De acordo com Borges, os números refletem uma situação

complexa e difícil. “Quando a gente observa o IDEB, por exemplo, o índice sempre evoluía, mas nos últimos dois anos não evoluiu, porém também não diminuiu. Estivemos na cabeceira do país por algum tempo e hoje ocupamos o terceiro lugar, mas sempre aumentando ou permanecendo o mesmo. No entanto, ainda é um número muito acanhado”, disse.

A presidente do Sintepe, Ivete Caetano, solicitou aos parlamentares alterações na Lei

de Responsabilidade Educacional para que a gestão seja obrigada a divulgar informações sobre o orçamento direcionado à Educação e a execução desse orçamento. Já o vice-presidente da UBES-PE, Ivanildo Lucas, pediu atenção da pasta ao transformar escolas regulares em escolas de referência porque essas não ficam abertas no turno da noite, o que impossibilita os estudantes que precisam trabalhar durante o dia de continuar frequentando as aulas.

Cidadania debate a efetivação do Estatuto da Igualdade Racial

Audiência pública reuniu deputados, representantes de entidades e de órgãos governamentais

Criação de uma Secretaria Estadual da Igualdade Racial, reativação do conselho de políticas públicas que trata desta temática e instituição de políticas afirmativas para entrada e permanência na Universidade de Pernambuco (UPE). Estas foram algumas das medidas apontadas ontem, em audiência pública da Comissão de Cidadania, como necessárias para a efetivação da Lei nº 18.202/2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

No debate, realizado a pedido da deputada Rosa Amorim (PT), representantes do Governo do Estado expuseram as ações que vêm sendo adotadas pelo Poder Executivo. Entidades da sociedade civil também encaminharam demandas, como a ampliação do próprio estatuto, para incluir de forma mais abrangente outros grupos étnico-raciais historicamente discriminados, como indígenas, povos de terreiro, quilombolas e ciganos.

O Estatuto é fruto de projetos de lei apresentados pelos ex-deputados Teresa Leitão (PT) e Isaltino Nascimento (PSB), na legislatura passada, e desarquivados por Rosa Amorim. Aprovado em maio pela Alepe e sancionado no mês seguinte pela governadora Raquel Lyra, a norma elenca medidas para garantir a participação da população negra em políticas públicas e ações do Estado, além de descrever medidas de prevenção ao racismo.

Para Rosa Amorim, além da criação de uma secretaria dedicada à causa, é preciso garantir recursos orçamentários para a implementação das políticas públicas necessárias para a efetivação

do estatuto. Ela destacou que a população negra hoje amarga os piores índices de emprego, renda, ocupação e educação, e, no caso das mulheres, a opressão sexismo se soma à do racismo.

A deputada cobrou a implantação de cotas étnico-raciais na UPE e em concursos públicos. Também defendeu políticas de segurança pública formuladas após debate com o povo negro. A deputada do PT, que comandou a discussão, registrou ainda a realização, na semana passada, da 1ª Jornada Antirracista da Alepe.

Presidente da Comissão de Cidadania, Dani Portela (PSOL) reforçou o apelo por recursos para implantação de políticas de promoção da igualdade racial. “Estamos falando de um Estado que apresentou cinco entre as 50 das mais violentas cidades do nosso país. E onde 96% das mortes violentas praticadas pela polícia foram de pessoas negras. A gente precisa se debruçar sobre isso”, disse.

O deputado Doriel Barros (PT), por sua vez, se comprometeu a monitorar a implantação do estatuto por meio da Frente Parlamentar de Combate ao Racismo, que ele coordena.

DEBATES

A advogada Vera Baroni, da Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco, ressaltou a necessidade de negociação com o Poder Executivo para que haja novos avanços. “Foram cinco séculos de desumanização do nosso povo, de cerceamento da nossa liberdade, de sequestros, travessias transatlânticas, corpos sepultados no fundo do Oceano Atlântico. Então vamos precisar ser muito inteligentes, como sempre



RACISMO – Rosa Amorim afirmou que população negra apresenta os piores índices sociais



DEMANDAS – Dani Portela fez apelo por recursos para políticas de promoção da igualdade racial



DIÁLOGO – Vera Baroni destacou a necessidade de negociação com o Governo estadual



UNIVERSIDADE – Patricia Caetano noticiou a criação de comissão para pensar políticas afirmativas na UPE

fomos, para que a execução dessa lei seja uma realidade”, disse.

Igor Prazeres, da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), sustentou que Pernambuco faça a adesão plena ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

Secretária executiva de Promoção da Equidade Social de Pernambuco, Patricia Caetano repercutiu a criação, pela Facepe, de uma comissão para pensar políticas afirmativas dentro da UPE. Ela informou ainda uma formação feita pelo secretariado do primeiro escalão sobre igualdade étnico-racial e a inauguração de uma cozinha comunitária

no Quilombo Onze Negras, no Cabo de Santo Agostinho (Região Metropolitana).

De acordo com a gestora, o esforço atual tem sido trabalhar conjuntamente e de forma integrada com as demais secretarias a regulamentação do estatuto. “Cabe a nós estruturar o sistema estadual de promoção da igualdade racial e chamar as secretarias para conversa, para o diálogo. E essa regulamentação já está sendo construída dentro do governo do Estado”, relatou Patricia. Ela ainda agregou a intenção de reativação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Coepir).

Gerente de Políticas

Educacionais de Direitos Humanos na Secretaria de Educação, Cledson Lima citou, entre as ações implementadas, uma formação em letramento racial crítico para gestores regionais e diretores de escolas. Também de acordo com ele, o sistema eletrônico que acompanha o desempenho escolar foi alterado para permitir recortes de critérios de raça e cor nos indicadores de rendimento e aprendizagem.

Representando a Secretaria Estadual de Saúde, a psicóloga Ana Carolina Freire Lopes enfatizou a interseccionalidade das políticas de igualdade racial, citando áreas como saúde mental e segurança alimen-

tar. Por fim, o ouvidor da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Marcus Oliveira, disponibilizou o canal para denúncias de violações ao estatuto. A ouvidoria atende pelos telefones (81) 3182-7613 e (81) 3182-7607, pelo Whatsapp (81) 98494-1749 e pelo e-mail ouvidoria@sjdh.pe.gov.br.

A coordenadora da Política de Saúde Integral da População Negra da Prefeitura do Recife, Rose Santos, avaliou que as instâncias governamentais ainda não têm uma prática institucionalizada antirracista. Segundo ela, o enfrentamento ao racismo estrutural quase sempre parte de iniciativas individuais.

FOTOS: EVANE MANÇO